



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

QUANDO O ESTADO SE AUSENTA, O CRIME SE ORGANIZA: o SISFRON como estratégia de defesa e soberania

Silvana do Valle Leone¹

e-mail: silvanadovalleleone@hotmail.com

Thais da Silva Alpires²

e-mail: thais.alpires@gmail.com

Daniel Gustavo de Moraes³

e-mail: daniel_moraes@ufms.br

Rilma Geovana Torrico Reque⁴

e-mail: torricorilma@gmail.com

Elisa Pinheiro de Freitas⁵

e-mail: elisa.freitas@uftm.edu.br

(x) Apresentação Oral (GT)

GT pretendido: **GT 3: Fronteiras e Limites em Múltiplas Escalas**

Resumo

A presença do Estado constitui componente essencial para a garantia da soberania e da ordem social. No espaço fronteiriço, constituído por extensas faixas terrestres de difícil acesso e limitações institucionais, a ausência da fragilidade da ação governamental cria condições para a expansão do crime organizado que vai além das fronteiras, controlando atividades ilícitas, territórios e populações vulneráveis (ONU, 2000; UNODC, 2023). Na América Latina, a crise venezuelana evidencia como a instabilidade política, a perda de controle territorial e as tensões geopolíticas produzem impactos regionais, ampliando a atuação de organizações criminosas e afetando a segurança dos Estados vizinhos (UNODC, 2023). À luz desse cenário, o Brasil incorporou, no escopo da Estratégia Nacional de Defesa, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), instrumento estratégico do Exército Brasileiro para a garantia da Defesa Nacional. Conforme destaca Leone (2024), o SISFRON é uma ferramenta de governança territorial, porque amplia a presença do Estado e fortalece sua atuação em áreas fronteiriças vulneráveis. O objetivo deste estudo é apresentar o SISFRON como projeto estratégico de defesa e soberania, analisando seus principais desafios e limitações no contexto em que a ausência do Estado favorece a organização e a expansão do crime. A metodologia de pesquisa adotada é qualitativa e documental, baseada em documentos oficiais de defesa e produção acadêmica. A relevância do estudo reside na contribuição para o debate com a sociedade civil, para além das instituições militares, acerca

¹ Doutoranda do PPGEF, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá- Mato Grosso do Sul.

² Doutoranda do PPGEF, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá- Mato Grosso do Sul.

³ Doutorando do PPGEF, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá- Mato Grosso do Sul.

⁴ Mestre pelo PPGEF, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá- Mato Grosso do Sul

⁵ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Orientadora. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-Minas Gerais; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

dos efeitos da ausência do Estado sobre a expansão do crime organizado e os desafios à soberania.

Palavras-chave: Fronteira; Defesa; Soberania; Crime Organizado; SISFRON.

INTRODUÇÃO

Segundo Ratzel (1983), o Estado só pode existir quando possui um território definido e fronteiras estabelecidas, pois não há Estado sem um solo sobre o qual exerça autoridade. Nessa perspectiva, a soberania e a segurança dependem diretamente do controle efetivo do território, já que é por meio dele que o Estado organiza, protege e defende o espaço sob sua jurisdição.

De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), contextos marcados por fragilidades institucionais, baixa capacidade do Estado e limitações no controle territorial criam condições favoráveis para a atuação e expansão do crime organizado, especialmente em regiões onde o poder público exerce presença limitada (UNODC, 2023, p. 109), o que reforça a relação entre a ausência estatal e o avanço do crime organizado. Essa relação dialoga com a perspectiva de Ratzel (1983), para quem a existência e a segurança do Estado dependem do controle efetivo do território, uma vez que a ausência dessa presença estatal cria condições para que outros atores exerçam poder sobre o espaço.

O país possui aproximadamente 16.885,7 km de fronteira terrestre, abrangendo 11 unidades da federação e 588 municípios, o que corresponde a cerca de 27% do território nacional, configurando um espaço vasto, heterogêneo e de complexa gestão estatal (IPEA, 2017, p. 11–12). As zonas de faixa fronteira representam espaços de alta complexidade, nos quais se entrelaçam dimensões políticas, territoriais, sociais e econômicas conforme apontam os estudos realizados por Leone (2024). Freitas (2023) ressalta que o ordenamento territorial é fundamental para organizar esses territórios complexos.

A extensa faixa de fronteira brasileira dificulta a presença efetiva do Estado, especialmente em regiões com baixa densidade populacional, infraestrutura limitada e grandes distâncias entre centros urbanos. Esse cenário é agravado por limitações

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

institucionais, já que as políticas públicas historicamente priorizaram a defesa e a segurança nacional, em detrimento de estratégias integradas de desenvolvimento regional voltadas às especificidades locais.

No contexto latino-americano, Corrales e Penfold (2011) mostram que as mudanças políticas ocorridas na Venezuela, marcadas pela centralização do poder, afetaram a governabilidade e a segurança interna, além de gerar impactos regionais sobre a estabilidade política e a soberania. Esse cenário ajuda a compreender como a fragilização da presença do Estado pode favorecer a atuação de grupos criminosos e aumentar a vulnerabilidade institucional na região.

Segundo Leone (2024), o SISFRON deve ser compreendido como uma ferramenta de governança territorial, ao fortalecer a presença estatal, cuja condução pelo Exército Brasileiro se justifica pela capilaridade e pela presença permanente da instituição em áreas onde outras instâncias do Estado atuam de forma limitada. Nesse sentido, o SISFRON configura-se como uma resposta estratégica do Estado brasileiro à ocupação de vazios de poder pelo crime organizado, contribuindo para o controle e a proteção das fronteiras, com impactos que extrapolam o campo militar (LEONE, 2024).

Este estudo tem como objetivo analisar o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) enquanto estratégia de defesa e soberania do Estado brasileiro, destacando sua contribuição para o controle territorial e para o enfrentamento do crime organizado nas regiões de fronteira.

O problema central da pesquisa consiste em compreender de que forma a ausência ou a fragilidade da presença estatal em áreas fronteiriças cria condições para a expansão do crime organizado e como instrumentos estratégicos, como o SISFRON, podem atuar na redução desses vazios de poder. Parte-se da hipótese de que o fortalecimento da presença do Estado, por meio de sistemas integrados de monitoramento e vigilância, contribui para a governança territorial e para a proteção da soberania nacional.

A justificativa do trabalho reside na relevância científica e social do tema, ao ampliar o debate para além das instituições militares e dialogar com a sociedade civil

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

sobre a importância de instrumentos estratégicos para a garantia da segurança, da soberania e do Estado de Direito.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada em procedimentos documentais e bibliográficos. O estudo baseia-se na análise de documentos oficiais de defesa, relatórios institucionais e produção acadêmica sobre soberania, controle territorial, crime organizado e fronteiras.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Este estudo analisou o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) como estratégia de defesa e soberania do Estado brasileiro, partindo do pressuposto de que a ausência ou fragilidade da presença estatal em regiões fronteiriças favorece a expansão do crime organizado. Os resultados validam a hipótese de que o fortalecimento da presença do Estado, por meio de instrumentos estratégicos de monitoramento e vigilância territorial, contribui para a redução de vazios de poder, para o controle efetivo do território e para a proteção da soberania nacional.

A análise demonstrou que o SISFRON ultrapassa a dimensão estritamente militar, configurando-se como uma ferramenta de governança territorial ao integrar tecnologia, coordenação interinstitucional e atuação permanente do Estado em áreas historicamente vulneráveis. Sua condução pelo Exército Brasileiro mostrou-se coerente diante da capilaridade territorial e da presença contínua da instituição nas faixas de fronteira, onde outras instâncias do poder público enfrentam limitações estruturais e operacionais. Nesse sentido, o Sistema atua como elemento dissuasório frente ao crime organizado e como suporte às ações de segurança pública, proteção ambiental e fiscalização estatal.

Entretanto, o estudo também evidenciou desafios relevantes que comprometem a plena efetividade do SISFRON, especialmente a instabilidade orçamentária, a

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

descontinuidade política e o risco de obsolescência tecnológica decorrente dos atrasos na implementação. Esses fatores reforçam a necessidade de maior previsibilidade financeira, fortalecimento da governança do Programa e alinhamento entre planejamento estratégico e execução orçamentária.

Como principal contribuição, a pesquisa amplia o debate sobre defesa, segurança e soberania para além das instituições militares, dialogando com a sociedade civil sobre os impactos da ausência do Estado e a importância de políticas públicas estruturantes nas regiões de fronteira, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 da ONU. Recomenda-se, para estudos futuros, o aprofundamento de análises comparativas com sistemas similares em outros países e a avaliação dos impactos socioeconômicos e territoriais do SISFRON nas áreas onde já foi implantado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência ou a fragilidade da presença estatal em áreas fronteiriças cria condições favoráveis para a expansão do crime organizado ao gerar vazios de poder, nos quais grupos criminosos passam a controlar territórios, fluxos ilícitos e populações locais. De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, contextos marcados por baixa capacidade institucional e controle territorial limitado permitem que organizações criminosas consolidem sua atuação, explorando fragilidades sociais e institucionais para estabelecer redes ilícitas transnacionais (UNODC, 2023). Nesse cenário, instrumentos estratégicos como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) atuam na redução desses vazios de poder ao ampliar a vigilância, a consciência situacional e a presença do Estado nas fronteiras, fortalecendo a governança territorial e a capacidade estatal de resposta frente ao crime organizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Fronteira agrícola e conflitos territoriais nas Amazôniaas brasileiras: a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará–Amazônia–Brasil. *Ciência Geográfica*, 2020.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2016d.

BRASIL. Política Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2016c.

CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael. Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2011.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Energia, Território e Poder. A Geopolítica dos recursos energéticos sob a hegemonia do capitalismo. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2023.

LEONE, Silvana do Valle. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): projeto estratégico do Exército Brasileiro na defesa da Fronteira Oeste. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2024.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século XXI. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3–22, set. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000300001>.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Palermo, 2000.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. New York: United Nations, 2015.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP/DG, n. 2, 1983.

SERPA, Leandro Vargas. A efetividade do SISFRON no combate aos crimes transfronteiriços. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2020.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Study on Organized Crime. Vienna: United Nations, 2023.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongo2026@unir.br
📱 @vcongo2026
🌐 vcongo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongo-638599/